



PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL  
DOS MUNICÍPIOS - ES, DOM/ES  
DE 28 / 03 / 19

**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**RESOLUÇÃO Nº. 266, DE 27 DE MARÇO DE 2019**

**Cria Comissão Processante para analisar possíveis práticas delituosas atribuídas ao Senhor Prefeito Municipal Audifax Charles Pimentel Barcelos, e dá outras providências.**

A **Mesa Diretora da Câmara Municipal da Serra**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e promulga a seguinte Resolução:

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica criada a Comissão Processante, na forma do Decreto-Lei nº 201/67, com base na denúncia feita pelo Sr. Daniel Ribeiro Luz (em anexo), visando apurar possíveis ilícitos praticados de improbidade administrativa, crimes contra a administração pública e de responsabilidade, em referência a ausência de medidas administrativas que viabilizem a emissão do parecer do controle interno sobre a prestação de contas anual (passível de ressalva), com base nos arts. 135, §4º e 138, §3º do RITCEES, e art. 5º da Res. TCEES 227/2011, IN TCEES 34/2015, no exercício do mandato perpetrado pelo Senhor Audifax Charles Pimentel Barcelos, concernente ao exercício financeiro de 2016.

**Art. 2º** A Comissão Processante será formada por três vereadores titulares, os quais elegerão, mediante sorteio, o Presidente, o Relator e o Membro.

**Art. 3º** O prazo de funcionamento da referida Comissão Processante é de 60 (sessenta) dias contados da data de sua instalação.

**Art. 4º** Aplica-se aos trabalhos da referida Comissão Processante o quanto estabelecido no Decreto-Lei nº 201/67, bem como as prerrogativas asseguradas ao seu funcionamento estabelecidas no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, no que couber, na Lei Orgânica do Município da Serra, no Regimento Interno da Casa e subsidiariamente, as normas da Legislação Federal e do Código de Processo Penal.

**Parágrafo único.** Os denunciados e testemunhas serão intimadas e ouvidas de acordo com as prescrições estabelecidas na Legislação aplicada à matéria.

**Art. 5º** A referida Comissão Processante apresentará relatório de seus trabalhos ao Plenário da Câmara, concluindo por Projeto de Resolução.

**Parágrafo único.** Concluída a referida Comissão Processante e reconhecida a existência de ilegalidade que exija a apuração e conseqüentemente responsabilização Penal ou Civil, o relatório de que trata este artigo, será encaminhado para o Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado e qualquer outra autoridade competente e mais ainda, no âmbito administrativo, pugnar o que entender de direito.



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPIRITO SANTO**

**Art. 6º** O processo e a instrução aqui referidos obedecerão ao que prescreve o Decreto-Lei nº 201/67, esta Resolução e no que lhe for aplicável, as normas de processo penal, em caráter subsidiário, sem prejuízo dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

**Art. 7º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 8º** Revogam-se todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões “Flodoaldo Borges Miguel”, 27 de março de 2019.

**RODRIGO MÁRCIO CALDEIRA  
PRESIDENTE**

**ROBERTO FERREIRA DA SILVA  
1º SECRETÁRIO**

Processo nº 968/2019, PR 09/2019